James Lewis, diretor do Centro Internacional de Estudos Estratégicos (CSIS)

‘A privacidade na web é uma ilusão’

Em entrevista ao *Link*, responsável por elaborar relatórios de cibersegurança para Obama diz que é impossível evitar o monitoramento

Ligia Aguilhar
ENVIADA ESPECIAL / SEUL

KAI PFAFFENBACH/REUTERS

Planeta indiscreto. Para especialista, não existe país do mundo que não esteja engajado em algum tipo de espionagem

Diretor do Centro Internacional de Estudos Estratégicos (CSIS, na sigla em inglês), James Lewis já liderou a produção de uma série de relatórios sobre segurança na internet para o presidente americano Barack Obama. Considerado um dos maiores especialistas em cibersegurança do mundo, é autor de mais de 90 publicações sobre assuntos relacionados ao tema.

Em entrevista exclusiva ao *Link* no mês passado, durante a Conferência de Cibersegurança em Seul, na Coreia do Sul, Lewis falou sobre o escândalo da espionagem norte-americana, afirmou que todos os países possuem algum tipo de vigilância, que o Brasil não é defensor da democracia e que a privacidade na internet é uma ilusão. Confira os principais trechos:

● O Brasil defende um modelo descentralizado de regulação da internet. É a melhor opção?
Quando o modelo de regulação atual foi decidido, a maioria dos usuários da internet eram americanos. Hoje não é mais assim. As instituições criadas na época precisam se tornar globais. Esperamos que o Brasil se coloque ao lado da liberdade de expressão e defenda a internet aberta.

● Muitos dizem que todos os países já sabiam sobre a espionagem. Se isso é verdade, por que continuamos tão vulneráveis?
Os especialistas sabiam, mas o grande público não. E ele não entende quão vulnerável está na web. A internet é totalmente insegura. Enviar um e-mail é como mandar um cartão postal, as informações estão abertas. A privacidade é uma ilusão. E o (Edward) Snowden acabou com essa ilusão.

● Essa espionagem é uma forma de ciberguerra?
Não. A espionagem é comum. Sempre falei com outros países sobre esse assunto e não encontrei nenhum que não estivesse engajado em algum tipo de espionagem. Tenho quase certeza de que o que o Brasil faz tem foco doméstico. Não me surpreenderia descobrir que países da América do Sul espionam uns aos outros. Alguns documentos do Snowden mostram a inteligência de outros países. Eles vão aparecer e reformular o debate.

● O Brasil tomou medidas contra a espionagem como criar um serviço de e-mails nacional e comprar um satélite. Funciona?
Isso tudo é “fofo”. Temos uma cadeia de suprimentos global, não fazemos mais as próprias tecnologias e isso cria riscos. É um dilema. Mas não significa que é viável economicamente fazer as próprias empresas. Rússia, EUA, Reino Unido, Israel e talvez os 20 ou 30 maiores cibercriminosos do mundo são capazes de quebrar qualquer sistema de segurança existente no mundo.

● O que Brasil deveria fazer?
Pode fazer as empresas observarem melhor suas engrenagens, criar redes mais seguras e se engajar de forma positiva internacionalmente. A democracia não acontece. Há pessoas que a defendem. Não vejo o Brasil fazer isso.

● O que você quer dizer?
Não vejo o Brasil defender a democracia. Não tenhamos ilusões sobre isso. O Brasil não assinou a Convenção de Budapeste e isso é muito questionável. Façam isso, invistam em engrenagens básicas, defendam a internet aberta e 90% do problema vai desaparecer.

● Qual a maior preocupação dos EUA em relação ao Brasil?
O Brasil não é uma prioridade para os EUA. Dizem que os americanos fazem espionagem econômica, mas não é verdade. Uma das coisas que os EUA monitoram é corrupção. E nós a encontramos, não necessariamente no Brasil. Mas se há empresas norte-americanas no país, estamos preocupados com isso. O Brasil tem o direito de estar chateado. Do lado americano, digo que precisamos ser mais transparentes, estabelecer princípios de reciprocidade e garantir que as coisas serão feitas de forma responsável. Precisamos pedir desculpas ao Brasil. Mas para os americanos é difícil fazer isso.

*A REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DO GOVERNO DA COREIA DO SUL

PARA LEMBRAR

A Convenção de Budapeste

A Convenção Internacional de Budapeste para Cibercrimes, legislação internacional assinada em 2001, na Hungria, foi uma das maiores tentativas de coordenar o combate a abusos na internet. O texto do tratado envolve múltiplos aspectos do cibercrime, como fraudes com cartões de crédito, terrorismo, pornografia e violação de direitos autorais.

Na época, o Brasil alegou que a convenção ia muito além dos crimes cibernéticos e defendeu novas discussões sobre o assunto. Um total de 40 países já assinou a convenção, incluindo Estados Unidos, Japão, Canadá e diversas nações europeias.

“Enviar um e-mail é como mandar um postal, as informações estão abertas.”
James Lewis, diretor do Centro Internacional de Estudos Estratégicos (CSIS)

LIGIA AGUILHAR/ESTADÃO

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 nov. 2013, Economia & Negócios, p. B11.